

Maílson prevê medidas rigorosas

Governo pagará preço que for preciso para executar uma política monetária, diz ministro

PAULO SOTERO
Especial para o Estado

WASHINGTON — O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, afirmou ontem que o governo "vai pagar o preço que for preciso para executar uma política monetária compatível com os objetivos de controle da economia, qualquer que seja a taxa de juros necessária". O ministro, que retornou ontem à noite a Brasília, depois de participar da reunião anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, disse que "acima de tudo está a conveniência de se evitar um agravamento de expectativas que possa levar a economia à desorganização". Maílson acrescentou: "A inflação, mesmo tendo se acelerado, não aponta para uma explosão, a menos que percais a possibilidade de evitar um pânico no mercado". Ainda agastado com a notícia que o Estado publicou terça-feira sobre a volta das dis-

cussões, no governo, de novas medidas de choque, o ministro disse: "Esse é um assunto totalmente fora de consideração há muito tempo. Não se conversa sobre isso no governo. É assunto morto". "Disseram-me que muito da intranqüilidade que houve no mercado decorreu de uma notícia atribuída ao deputado Delfim Netto, segundo o qual o governo estaria estudando um novo congelamento", contou ele. "Sinceramente eu não acredito (que ele tenha dito isso). O deputado Delfim Netto é um homem responsável, um brasileiro ilustre, e não tem interesse em promover um clima de intranqüilidade capaz de perturbar o andamento da transição... com declarações irresponsáveis."

Lembrando que a notícia não partira de Delfim Netto, mas de altos funcionários do governo próximos do presidente da República, Maílson disse que as declarações desses funcionários em matéria econômica são "totalmente irrelevantes". E acrescentou: "Segundo soube hoje, o ministro Saulo Ramos está desmentindo categoricamente as declarações a ele atribuídas por um jornal de São Paulo".

CARTA

Saulo contesta notícia

O ministro da Justiça, José Saulo Ramos, enviou ontem ao diretor responsável do Estado, Júlio de Mesquita Neto, o seguinte telex:

Na edição de ontem, o Estado publicou notícia atribuindo ao Ministério da Justiça apoio ou participação em medidas econômicas, em novo choque heterodoxo, em congelamento de preços. É falsa a notícia. É, repito, absolutamente falsa a notícia.

No editorial de hoje, o raciocínio do jornal, fundado em premissa falsa, conclui que "a tentativa de Saulo Ramos de tutelar o ministro da Fazenda é, em si, um choque".

Seria realmente, se verdade fosse.

Preocupa-me, senhor diretor, não ter a sucursal desse matutino enviado a vossa senhoria o desmentido irritado que divulguei ontem, denunciando a óbvia tentativa de provocar atritos entre a área econômica do governo e o ministro da Justiça, por motivos subalternos, sem medir as graves consequências para a economia do País.

São subalternos os motivos da fonte que fez circular a notícia falsa porque partindo, como partiu, de setores ligados ao próprio Ministério da Fazenda, têm por objetivo outro assunto, não relevante, mas que a

fonte julga poder prejudicar, provocando conflito entre os ministros de duas pastas.

Trata-se de pessoa interessada em impedir a implantação da Advocacia Geral da União e, nesse sentido, tem abastecido fartamente o noticiário do Estado. Agora, que se avizinha o envio do projeto ao Congresso, a mesma fonte, irresponsavelmente, ousou ir longe demais: pôs em risco a estabilidade econômica do País pelo simples interesse pessoal de jogar o ministro da Fazenda contra o ministro da Justiça.

Solicito de Vossa Senhoria considerar esse informante como inidôneo. É uma fonte de intriga. Atenciosamente, J. Saulo Ramos — Ministro da Justiça.

N. da R.: O desmentido do ministro Saulo Ramos confirma a existência de posições conflitantes entre autoridades do Planalto. O noticiário do Estado, segundo o qual setores do governo debatem a aplicação de um novo choque da economia em novembro, não se baseou apenas em fontes do Ministério da Fazenda. Também foram ouvidas fontes do Ministério do Planejamento e outras que tiveram conversas recentes com o próprio ministro da Justiça. O "desmentido irritado" a que se refere o ministro Saulo Ramos foi publicado em nossa edição de ontem.